



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

FASES E ESTRATÉGIAS PORTUGUESAS DE OCUPAÇÃO COLONIAL DE OWAMBO, NO EXTREMO SUDOESTE DE ANGOLA

PORTUGUESE PHASES AND STRATEGIES OF COLONIAL OCCUPATION OF OWAMBO, IN THE EXTREME SOUTHWEST OF ANGOLA

RESUMO: Na Conferência de Berlim (1884/1885) ocorreram os concertos que visavam evitar as disputas conflituosas entre as potências europeias em relação à ocupação colonial de África. Neste sentido, Portugal elaborou sua estratégia de ocupação das terras que, até então, possuíam presença de portugueses. O objetivo deste artigo consiste em analisar o processo de ocupação colonial português sobre as terras Ambó (Owambo), no extremo sudoeste de Angola, de forma a compreender as fases e estratégias usadas por Portugal, que foram efetivadas em quatro fases: presença, penetração, conquista e colonização efetiva. Quanto a metodologia, fez-se um estudo teórico e analítico sobre as causas, fases e estratégias da ocupação colonial usada por Portugal sobre Owambo (reinos ambós / dos Ovawambo), a partir de uma conjuntura de informações bibliográficas e documental, disponível em arquivos físicos e online.

**LEONARDO TUYENIKUMWE
PEDRO**

PALAVRAS-CHAVE: Owambo (Ambó); Estratégias de Ocupação; Fases de Ocupação; Colonização Portuguesa; Angola.

ABSTRACT: At the Berlin Conference (1884/1885), agreements were reached to avoid disputes between the European powers over the colonial occupation of Africa. With this in mind, Portugal devised its strategy for occupying the lands that, until then, had been colonised by the Portuguese. The aim of this article is to analyse the process of Portuguese colonial occupation of the Ambó (Owambo) lands, in the far south-west of Angola, in order to understand the phases and strategies used by Portugal, which were carried out in four phases: presence, penetration, conquest and effective colonisation. In terms of methodology, a theoretical and analytical study was made of the causes, phases and strategies of Portugal's colonial occupation of Owambo (Ambós / Ovawambo kingdoms), based on a combination of bibliographical and documentary information available in physical and online archives.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

KEY WORDS: Strategies of Occupation; Phases of Occupation; Owambo; Colonization Portuguese; Angola.

FASES E ESTRATÉGIAS PORTUGUESAS DE OCUPAÇÃO COLONIAL DE OWAMBO, NO EXTREMO SUDOESTE DE ANGOLA

Leonardo Tuyenikumwe Pedro ¹

Introdução

O impacto da industrialização da Europa ocidental (do século XVIII), a independência dos países do continente americano e a crise econômica de 1873, devido à super produção, levou a Europa a considerar necessário encontrar alternativa para substituir as colônias da América, isto é, era preciso conquistar novos territórios para servir de mercado para o escoamento de produtos para minimizar a crise de superprodução, servir de fonte de obtenção de matéria-prima para as indústrias europeias e permitir a exploração de recursos humanos. Por outro lado, crescia o desejo dos estados europeus em manter o equilíbrio político-militar, bem com marcar a sua presença na arena internacional, a fim de ganhar ou/e manter o estatuto de potência mundial. Para tal, os estados deveriam ter a capacidade econômica, militar, política e social de defender os seus interesses além das fronteiras.

Assim, a África, até então ignorada, que servia, essencialmente, para a obtenção de escravos para a América, e como pontos de reabastecimentos de embarcações com destino ao continente asiático: foi, em primeira instância, a opção prioritária para a parte oeste europeia. Deste modo, como pretexto, foi incorporada uma ideologia relacionada à expansão das culturas europeias, no quadro de um pensamento dito eurocêntrico. Fazendo parte deste processo, a dita "missão civilizadora", isto é, levar o processo técnico-científico e a complexidade social e cultural da Europa do oeste para as regiões ditas "atrasadas", e sem condições de progredirem sozinhas. Para uma partilha saudável do "bolo" (África), os europeus decidiram, na Conferência de Berlim (1884/1885), com todas as suas consequências, atualizar as normas de atuação para a obtenção de futuras possessões no continente 'berço', dentre os quais, aprovaram o princípio de ocupação efetiva e a notificação, abolindo o respaldo de direitos históricos. Neste quadro, Portugal vai elaborar sua estratégia de ocupação colonial, assente na ocupação por meio de exploradores geográficos, comerciantes, missionários, diplomacia, coercitivo (militar) e ocupação efetiva (administrativa). Este conjunto de estratégias foi concluída em quatro fases:

¹ Doutor em História Moderna e Contemporânea, ramo de Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL, Lisboa. Investigador Integrado do Centro de Estudos Internacionais (CEI-ISCTE-IUL). Professor Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Namibe. Investigador integrado do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. leonaradotuyen@gmail.com

presença portuguesa, penetração no interior, ocupação territorial por diversas formas, colonização (exploração efetiva).

Após a conquista do Reino do Humbi (na margem direita do rio Cunene, na atual província do Cunene), Portugal decidiu caminhar para além - rio Cunene, para a ocupação de Owambo (conjunto de dozes reinos de vários povos Ambós - *Ovawambo*), o último reduto de nações livres da futura colônia de Angola. Simultaneamente, o último obstáculo à conclusão da Convenção Luso-Alemã, de 1886, sobre a delimitação da fronteira sul de Angola, para o efeito era necessário expulsar os alemães do extremo sul, que tencionavam ocupar *Owambo* (a região dos *Ovawambo*).

Este trabalho confina-se ao estudo das fases e estratégias portuguesa de ocupação colonial de Owambo (reinos dos *Ovawambo*), entre 1850-1975, cujo objetivo geral consiste em analisar o processo da ocupação colonial portuguesa sobre Owambo, no extremo sudoeste de Angola, de forma a compreender as fases e estratégias usadas por Portugal e as respectivas etapas, relativas à ocupação dessas terras da futura colônia de Angola. Os objetivos específicos são: descrever as fases da ocupação colonial portuguesa sobre Owambo, no extremo sudoeste de Angola; compreender as estratégias de ocupação colonial portuguesa sobre Owambo, no extremo sudoeste de Angola.

A importância deste texto consiste em apresentar um estudo sobre a problemática da ocupação do extremo sudoeste de Angola, precisamente, os reinos dos *ovawambo* de Angola, contribuindo, assim, para a compreensão das profundas fases e estratégias da Ocupação Colonial Portuguesa dessas terras (*Owambo*) e conseqüentes transformações políticas, ocorridas no final do século XIX e princípio do século XX. Neste quadro, quais foram as fases e estratégias empreendidas por Portugal para a ocupação colonial de Owambo? Hipótese: para a ocupação das terras dos *ovawambo*, futuro sudoeste de Angola, Portugal elaborou sua estratégia político-militar de ocupação colonial, assentado na ocupação por meio de exploradores geográficos; assim como fez a ocupação por meio de comerciantes; missionários; da diplomacia; por meio coercitivo (militar) e a ocupação efetiva (administrativa). Estas estratégias foram concluídas em quatro fases, precisamente: presença portuguesa, penetração no interior, ocupação territorial por diversas formas; e colonização (exploração efetiva). Nesta perspectiva, para atingir os objetivos, metodologicamente fez-se um estudo teórico e analítico sobre as causas, fases e estratégias da ocupação colonial portuguesa nos reinos dos *Ovawambo*, a partir de uma conjuntura de informação bibliográfica e documental em arquivos físicos e *on-line*.

O presente texto é composto por duas seções: na seção 1. “Fases da ocupação colonial portuguesa no Owambo”, são apresentadas as diversas fases de ocupação colonial portuguesa no

quadro da conquista das terras ovambo; Na seção 2. “estratégias da ocupação colonial portuguesa no Owambo”, são discutidas e descritas as diversas estratégias usadas por Portugal para a ocupação de Owambo, desde a presença até à conquista e, conseqüentemente, a implementação do sistema de exploração colonial, essencialmente a ocupação por meio de viagens de exploração geográfica, a ocupação por meio de comerciantes ou atividades comerciais, ocupação por meio de missionários ou atividades eclesiásticas, exercício por meio da ação diplomática, e o uso da ferramenta militar ou coercitiva para ocupação de Owambo e, finalmente, os 68 anos de colonização de Owambo.

Fases da ocupação portuguesa no Owambo (estados dos Ovawambo): extremo sudoeste de Angola

No princípio do século XIX, com a expansão do capitalismo industrial, começou o neocolonialismo no continente africano. As potências europeias desenvolveram uma "corrida à África", de forma massiva, e ocuparam a maior parte do continente criando muitas colônias e, ao mesmo tempo, novas potências concorrentes, como a Alemanha, a Bélgica e a Itália apareceram como novos atores na região. O panorama geral das sociedades do extremo sul de Angola, na véspera da resistência à ocupação colonial portuguesa, era caracterizado por estados homogêneos independentes, que seguiam seus próprios cursos e desenvolvimentos. Esta região conheceu progressos aceitáveis, produziu civilizações brilhantes com estruturas sociopolíticas e economias bem definidas, diversificadas e enquadradas, como é o caso dos Ovanyaneka-humbi, Ovawambo, Hereros e Khoisan. Às vésperas das lutas de resistência às campanhas de pacificação, como se referiam os portugueses, a maior parte dos reinos do futuro território angolano já se encontravam destruídos ou fragilizados devido às múltiplas conseqüências do tráfico de escravos, sendo, deste modo, incapazes de repelir ou impedir a ocupação colonial.

Sendo o extremo sul de Angola, especificamente, as terras dos ovawambo, uma das poucas regiões cuja sociedade não experimentou o tráfico negreiro e todas as suas conseqüências sociais, econômicas, demográficas, políticas e psicológicas, teve, portanto, o privilégio de oferecer uma forte resistência às campanhas de pacificação / ocupação colonial portuguesa. Pois, tratava-se do último reduto livre da ocupação portuguesa. Esta ocupação era concretizada em fases, apesar de estar ainda em discussão. Neste quadro, os territórios dos Ovawambo foram posteriormente incorporados às estratégias de penetração e ocupação portuguesa, no interior de África.

Quadro 1: Fases da ocupação colonial portuguesa no extremo sul de Angola

FASES DA OCUPAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA	PERIODIZAÇÃO CONSENSUAL PARA ANGOLA	PERIODIZAÇÃO PARA O OWAMBO OU EXTREMO SUDOESTE DE ANGOLA
Presença Portuguesa	1482/3 – 1575	1844 – 1850
Penetração Portuguesa	1575 – 1886	1850 – 1891
Ocupação Portuguesa	1886 – 1925	1891 – 1917
Colonização Portuguesa	1925 – 1975	1917 – 1975

Fonte: elaboração própria do autor.

Estratégias da ocupação colonial portuguesa do Owambo (extremo sul de Angola)

A relação entre os portugueses estacionados nas terras conquistadas e os reinos Ambós (Owambo) não eram estáveis, por causas das ambições portuguesas de conquistar e submeter os povos vizinhos. Era uma relação tensa, sobretudo, no leste e sul de Angola, onde os portugueses foram, a todo custo, envidar esforços para anular a independência e liberdade de seus vizinhos, e estes foram lutando com tudo que tiveram para preservarem a sua cultura, liberdade e soberania. Este clima tenso quase sempre foi antecedido por relações amigáveis e comerciais, que foram deteriorando-se gradualmente devido à ambição portuguesa.

a) Ocupação por meio de viagens exploratórias /explorações geográficas

O direito internacional europeu, anterior à Conferência de Berlim, que regulava às ocupações territoriais em África, permitia uma potência europeia reclamar ou ocupar possessões nos termos dos chamados “direitos históricos” sobre as regiões exploradas primeiramente por sua iniciativa e financiamento. Sendo assim, Portugal foi o primeiro estado europeu a pisar em Owambo (as terras ovawambo), no extremo sudoeste de Angola. Deste modo, Portugal, no quadro das relações internacionais europeias, passou a reclamar autoridade, perante as outras potências europeias, requerendo o domínio dessas terras. Estes argumentos enquadram-se na tese sobre os direitos históricos obtidos, essencialmente, por meio das explorações geográficas de Diogo Cão (no litoral sul), de Bernardo J. Borchado e pelo padre Keilling (ambos no interior do extremo sudoeste), cujo ações teriam sido desenvolvidas em nome da bandeira portuguesa. Estas explorações geográficas tinham como objetivo primordial conhecer o potencial geográfico, o potencial dos recursos naturais e humanos, informações sobre o contexto social, político, militar,

cultural e financeiro dos reinos locais, e as oportunidades econômicas, de forma a antecipar-se na ocupação territorial e exploração econômicas.

A presença portuguesa sobre Owambo, futuro extremo sudoeste de Angola, teria começado em 1844, com o português José Brochado. Foi neste âmbito que Bernardo J. Brochado explorou, neste mesmo ano, os reinos dos Ovanyaneka-Nkhumbi², nomeadamente os reinos de Mulondo³, Humbi do Pumbo, Camba do Gongo, Quihahungo; e, em 1850, atingindo o norte das terras dos Ovawambo – nomeadamente, Evale, Oukwanyama, Okafima, Ombala yo Omungu e Omabala ya Naluheke (ambos erguidos pelos Ovambadja) e Dombodola (BROCHADO, 1867 p. 188). Brochado fez uma descrição nítida dessas terras, até então desconhecidas pelos portugueses, sendo, assim, o primeiro europeu a pisar o norte das terras dos Ovawambo (futuro território do extremo sul de Angola), sendo Golton, Anderson e Ladislau Mgyar, em 1851/2, os primeiros europeus a explorarem o sul das terras ovawambo (futuro território do extremo norte do Sudoeste Africano – actual República da Namíbia).

Estava na côrte deste último reino o rei Shipandeka (falecido em 1882), quando caravanas europeias de distintas nacionalidades visitaram estes reinos, especialmente ingleses e escandinavos vindos do sul das terras dos Ovawambo, incluindo o missionário francês Carlos Duparquet – que já em 1870 foram precedidos na Ovambolândia por luteranos finlandeses –, encontrou nessas terras, em 1879, portugueses que vendiam, principalmente, álcool em troca de gado e escravos. Aos olhos do padre Duparquet, que vinha de uma região semiárida, a Ovombolândia parecia uma terra promissora. Em 1879, porém, o rei Shipandeka temia uns vizinhos novos (portugueses do Humbi) que, entre 1874 e 1877, depois de vários anos de deambulação em carros de bois (carros bóeres ou *trek*) e de dissabores, em especial, no delta do Cubango, se tinham instalado a oeste da Ovambolândia, nas terras do Kaokoveld. Nessa época, estimava-se que o total da população dos doze subgrupos Ovawambo podiam chegar a 100 000 habitantes, dos quais: 60 mil Ovakwanyama, 15 mil Ovambadja, 1500 Ovakafima e 2500 Ovavale (PÉLISSIER; WHEELER, 2013, p. 143-144).

b). Ocupação Comercial

A atividade comercial, geralmente, constituía o segundo instrumento ou estratégia de ocupação colonial. Era usada por meios de fulantes, que se descolavam para as terras ora desconhecidas pelos europeus, motivados pelo duplo objetivo: primeiro, atingir um determinado

² Grafado reino do Humbi, na literatura portuguesa.

reino, com a finalidade de desenvolver o comércio para obter o máximo de rendimento possível, no quadro das potencialidades de recursos naturais e humanos que o reino dispunha; segundo, sendo pioneiro, pois, ao atingir este território a nação europeia deste comerciante podia reclamar, perante às outras potências europeias, o domínio destas terras, no âmbito das ocupações, podendo ser incluída para a sua esfera de influência e dominação, mesmo não havendo um acordo ou um consentimento formal ou informal com o reino africano. Bernardo J. Brochado foi o primeiro comerciante português que explorou, em 1844, as terras Ovawambo de Angola.

Em 1852, viviam no Mutano três comerciantes portugueses em paz com os habitantes do Humbi. Em 1857, com a categoria de conselho mesmo não sendo ocupada pelos portugueses, os comerciantes portugueses que se encontravam no Humbi continuavam em relações permanentes além - rio Cunene, com os Ovawambo, especificamente as variedades Ovambadja dos dois reinos (Ombala ya Naluheke⁴ e Ombala yo Mungu⁵) – e Ovakwanyama (do reino de Oukwanyama⁶) (BROCHADO, 1867, p. 188).

Portanto, os portugueses e outros europeus usaram o seu poder militar para colonizar outros povos, chegaram a constituir um vasto império colonial onde exploravam sistematicamente, de modo que pilharam, desastrosamente, as riquezas minerais de África, a agricultura, transporte, pesca e a mão de obra, além de escravizarem e submeterem o seu povo. Tudo isto, usando feitorias e as companhias monopolistas, o que contribuiu para o desenvolvimento da Europa e subdesenvolvimento da África.

c) Ocupação eclesiástica

As igrejas e os missionários desempenharam um papel preponderante no quadro da ocupação colonial em África. Neste contexto, o governo português incluiu a ação dos missionários à sua estratégia de ocupação colonial, articulando a sua política expansionista com a propagação da fé católica no cumprimento da dita “missão civilizadora”, com pretexto oculto de explorar as riquezas e os povos de África. Além de propagarem a fé cristã, os missionários eram usados como agentes de obtenção de informações estratégicas de defesa - militar, econômica, social e política do reino. Por outro turno, devido à carência de meio político e militar por parte do governo português, os missionários eram usados como recurso estratégico para marcar

³ Em 1852, vivia no Mutano três comerciantes portugueses em paz com os habitantes do Humbi. Em 1857, a categoria de conselho, mesmo não sendo ocupada pelos portugueses (Brochado, 1867, p. 188).

⁴ Nome do reino grafado “Cuamato Grande” na literatura portuguesa.

⁵ Nome do reino grafado “Cuamato Pequeno” na literatura portuguesa.

⁶ Etnônimo e reino grafado “Cuanhama” na literatura portuguesa.

presença nos territórios reclamados por Portugal, como instrumento de ocupação e de auxílio de implementação do sistema colonial em Owambo.

Desde os primórdios do século XIX até 1906, o futuro território de Angola esteve dividido, embora sem anuência do governo português, em duas jurisdições eclesiásticas: Real Padroado (Diocese de Angola e Congo), exercendo-se no território limitado a leste pelos rios Cubango e Cunene, e de Roma (Congregação da Propaganda de Fide), abrangendo a Prefeitura Apostólica do Cungo, encarregada da região situada entre Cubango e Cassai, e o Enclave de Cabinda, e a Prefeitura Apostólica da Cimbebasia, cuja ação recaía sobre a área situada entre Cunene e o Zambeze. Por falta de missionários portugueses, Angola recebeu, da Propaganda Fide, missionários encarregados de evangelização de Angola há mais de 40 anos (1865), sendo-lhe entregue, primeiro, a Prefeitura Apostólica do Congo e, anos depois (1879), a Cimbebasia – inegáveis serviços lhe honram a folha, principalmente no sul, onde a missão da Huila (fundada em 1881 pelo reverendo Padre Duparquet e Antunes), breve se tornou, com as suas oficinas e ensinamentos agrícolas, proselitismo missionário, centro irradiante de várias outras, que no seu conjunto tinham auxiliado à expansão do domínio português (COUCEIRO, 1948, p. 243-244).

Neste quadro, a Prefeitura da Cimbebásia, como então se chamou, teve princípios extremamente penosos de disseminar o evangelho nas terras dos ovawambo. A primeira foi em Damaralândia, que, após a sua fundação, teve de sustentar uma luta aberta e encarniçada contra protestantes alemães, os senhores da terra e estabelecidos nesta região desde 1820. Os protestantes alemães influenciaram de tal maneira o soberano e o seu povo que, em 1881, o pessoal da Missão católica foi expulso em forma de “manu militari” da região. Houve, então, a indecisão de, em 1884, estabelecer a segunda estação missionária em Oukwanyama. Aqui também, não obstante as primeiras esperanças, o resultado foi pouco mais que negativo. A estação foi destruída pelos ovakwanyama, sediciosos e revoltados. Sendo assim o P. Delpuech, Irmão Lúcio e os internos decidiram, neste mesmo ano, abrir a terceira estação em terras Ambuela, cujo missionário falecera por doença. A quarta estação foi construída 1888, em terras ganguelas, destruída pelo rei (KEILING, 1934 p. 3).

Segundo Santos, et all (2016), na tradição cristã (catolicismo), “o processo colonial se devia à própria vontade de Deus em espalhar a verdadeira fé a todos os povos”. Apesar de os primeiros europeus a pisarem as terras dos Ovawambo do futuro território de Angola terem sido os portugueses, por meio do sertanejo e comerciante de nome Bernardo J. Brochado, os protestantes alemães foram os primeiros missionários a se instalarem no território dos Ovawambo. Os ovawambo não viam com bons olhos a presença portuguesa, representada pela

igreja católica. Daí, não aceitavam, nem toleravam a presença portuguesa ou quem fosse às suas terras em nome do governo português.

Em 1851, Francis Galton, ao explorar o Reino de Ondonga, faz referência aos Estados Owambo (dos Ovawambo) como sendo muito próprio para os trabalhos dos missionários, e diz que os missionários protestantes alemães que se tinham estabelecidos nas terras dos Damaras – donde comunicavam com o Cabo de Boa Esperança, por via da Bahia de Walfisch, a 22º de latitude – há muito tempo que desejam introduzir-se e expandir a fé cristã sobre aquelas terras dos Ovawambo (GRAÇAS, 1867, p. 150-151).

Deste modo, entre 1870 e 1895, com a permissão dos reis dos Ovawambo, foram erguidas as missões protestantes nos Reinos de Ondangwa (futuro território namibiano); Oukwambi (território namibiano); Ovangadjela (território namibiano); e no Reino de Oukwanyama (território angolano). Mais tarde aceitou-se a presença católica, por meio da ordem dos espiritanos, que só foi permitida a 14 de agosto de 1879. Quando o padre Duparquet, na companhia dos padres Keilinge e Onuphro, chegaram ao Reino de Oukwanyama, estava no trono o rei Shipandeka. Em 1881, o padre Duparquet obteve do governo português a permissão de instalar uma missão na Huila. Apesar de a sua missão crescer e prosperar, o Pe. Duparquet preferiu ficar no reino de Oukwanyama. Deste modo, os espiritanos ergueram quatro missões no território dos Ovawambo (na região da Mupa, Evale, Omupanda, esta última no Oukwanyama) (KEILING, 1934, p. 142-146).

Porém, a partir de 1900, os missionários católicos – que geralmente representavam à bandeira e o domínio português – já não eram bem vistos e bem-vindos em todos os territórios dos Ovawambo, como se pode provar nesse trecho da conversa entre o Pe. Keiling e o *Ohamba* Mandume ya Ndemufayo:

Pe. Keiling, pergunta: Poderei reconstruir em breve a nossa missão no Oukwanyama?

Mandume ya Ndemufayo, rei de Oukwanyama (Cuanhama), responde: Não, a tua missão trazia-me a ocupação portuguesa e eu essa não a quero. Tens uma missão no Evale, chega. Não preciso doutra (KEILING, 1934, p. 171).

A insistência dos missionários permitiu, no dia 2 de dezembro de 1903, alguns guerreiros Evales a abrirem fogo mortal a alguns missionários, obrigando-os, no dia seguinte, a abandonar o projeto de missão nos reinos dos Ovawambo, indo instalar-se em Cassinga, uma vez que por esta altura já estava na iminência a expedição portuguesa ao reino de Oukwanyama. Devido à essa conjuntura de fatores, em 1915, o Governo português reconheceu a ação do padre Keiling na ocupação. O gesto foi manifestado pelo então Governador do Distrito da Huila, João de Almeida,

realçando o esforço desempenhado pelo padre Keiling durante a tentativa de ocupação pacífica, embora sem efeitos, dos Reinos de Oukwanyama (Cuanhama) e de Okafima (Cafima) (Idem, 1934, p. 150-154).

Esta ação dos missionários é bem patente nos escritos de Couceiro (1948), afirmando que o reverendo Padre Laconte, depois de mais de vinte anos de estréua e ardente atividade missionária contra os povos auctótones, nos sertões do sul de Angola, em benefício e da bandeira portuguesa, de quem foi sempre um nobre e leal servidor, e as missões, sem dúvidas, constituíam um importantíssimo elemento de ação educativa e ensinamento da cultura portuguesa e do cumprimento de objetivos ocupacionais de Portugal. Não se deve dispensar o seu concurso num empreendimento cuja grandiosidade da escassez portuguesa relativamente a forças mal abarcam (COUCEIRO, 1948, p. 243-244).

Como agentes de mudança ou de assimilação cultural, instruíram, igualmente, uma camada de artífices, empregadores comerciais e outros colaboradores nas distintas áreas de conhecimento. Mais tarde, alguns viriam a ser, nas terras dos Ovawambo, agentes / sentinelas ocultas do avanço português perante os intuitos dos vizinhos do Sul (os alemães), que já se encontravam no Sudoeste Africano, e que tinha pretensões de ocupar todas as terras dos Ovawambo que, aos olhos dos portugueses, teriam duplo defeito: serem protestantes e serem alemães. Como uma boa parte desses missionários era da extração alsaciana, em muitos casos, a linha azul dos Vosgos confundiu-se, ali, com a margem esquerda do rio Cunene (PÉLISSIER; WHEELER, 2013, p. 148-149).

d). Diplomática

A ocupação por via pacífica ou diplomática era feita por meio de missionários, oficiais das forças portuguesas, comerciantes ou quaisquer entidades influentes ou com habilidades suficientes para convencer os reis africanos. Em primeira instância, as tentativas iniciais de ocupação das terras dos Ovawambo foram por esta via. No contexto do extremo sudoeste de Angola, as ações diplomáticas e psicológicas relevantes, desenvolvidas no quadro de tentativas de ocupação por via pacífica, estiveram a cargo dos missionários, funantes, autoridades administrativas e militares ou mesmo oficiais do exército português, do exército alemão, e mais tarde, das forças inglesas, no quadro da disputa territorial entre estas potências europeias. Porém, esta ferramenta mostrou-se menos dispendiosa, menos eficaz e mais morosa. Esses europeus desencadeariam ações psicológicas ou diplomáticas de forma a convencerem os reis ovawambo de que os portugueses estariam em missão pacífica e de bem para os respectivos reinos, e que os

portugueses trariam elementos importantes e decisivos para o desenvolvimento social, econômico e político dos reinos. Ao mesmo tempo enfatizavam que uma ação armada, de forma a resistir ou a impedir a presença e ocupação portuguesa, seria em vão, devido ao poderio militar português.

Em 11 de março de 1857, foi criada a alfândega de Moçâmedes. É conveniente notar que os ingleses se estabeleceram em Walvis Bay em 1878; e os alemães se fixaram em Luderstzbcht (Lüderitz) em 1884. No entanto, no mês de junho de 1850, os portugueses, comandados pelo Governador do Distrito de Moçâmedes, Antônio Joaquim de Castro, ocuparam o reino do Humbe, onde haviam comerciantes portugueses, construindo-se, ali, uma fortaleza. A população branca já era de 23 integrantes e 40 mestiços. Em 1860, o alferes Sebastião Nunes da Mata – mais tarde Governador do Distrito - Moçâmedes foi elevado à categoria de Distrito por decreto de 26 de março 1855 e era composta pela seguintes vilas: Moçâmedes, Bumba (Capangombe), Huila, Lambos (Gambos), Caconda, Quilengues e Porto Pinda – conquistou as terras de Camba, localizada na margem direita do rio Cunene. Neste mesmo ano, o *ohamba* de Oukwanyama enviou uma delegação, constituída por embaixadores, para negociar com o alferes Sebastião Nunes da Mata uma coexistência pacífica dos dois vizinhos, que aceitavam a soberania portuguesa naqueles territórios vizinhos (COSTA, 1953 p. 31). A região do Sul de Angola compreendia dois distritos: Moçâmedes e Huila (TEXEIRA, 1935b p. 5).

Uma companhia de caçadores portugueses, que tinha a missão de reforçar a fortaleza da Huila, que tinha sido alvo de revolta por parte de 8 000 autóctones, em 1857, deu início a uma marcha para a ocupação do interior. A ocupação avançou até os Gambos, em 1858, e até ao Humbe, em 1859, quando foi levantado um posto fortificado junto à embala do rei de Oukwanyama e indiciadas as negociações (REGALDO, 2004, p. 13) para o estabelecimento de relações “diplomáticas” entre o reino de Oukwanyama e reino de Portugal, naquilo que na versão portuguesa e europeia, no geral, significava vassalagem.

No princípio, os “africanos” acreditavam que a presença europeia era uma oportunidade para a verdadeira diplomacia, que podia ser traduzida numa relação de vantagens recíprocas, baseada na troca de produtos, serviços, conhecimentos e artífices, com o objetivo de permitir o crescimento e desenvolvimento dos respectivos reinos. Porém, os reis dos Ovawambo parecem que já sabiam ou desconfiavam dos objetivos ocultos das potências europeias. Por isso, em 1879, o rei Shipandeka, inicialmente, temia uns vizinhos novos. Por este motivo, a ocupação por via pacífica não foi frutífera, isto, é fracassou. Daí, surgiu a ocupação coercitiva ou militar.

Quando em princípios de 1909 uma crise de fome estava assolando o país, não perdeu o Governador da Huila o ensejo de mandar alguns carros de mantimentos para distribuição entre

velhos e crianças mais necessitados (COUCEIRO, 1948, p. 71). Todos estes fatores impeliram o governo português a intervir, organizando-se a expedição de 1891, 1904 e 1915 - esta última tinha como finalidade atingir o Cuanhama, passando pelo Cuamato (CASTRO, 1908, p. 16).

e). Ocupação coercitiva ou por meio de ação militar

Este tipo de ocupação colonial era realizado por meio do componente militar. Isto acontecia quando se esgotavam todas as tentativas de ocupação pacífica (comercial, eclesiástica, diplomática e administrativa). Esta ação era realizada mediante operações militares de baixa intensidade ou grande envergadura, consoante o contexto político-militar do reino em causa. De acordo com Teixeira (1935), a operação ofensiva sobre os reinos dos Ovamwambo, essencialmente nos territórios dos Ovambadja, isto é, em Ombala yo Mungu e em Ombala Ya Naluheke, e em Oukwanyama, foram as que há muito se reclamava e justificava. Mas, a sua característica geográfica (vasta extensão), demográfica (número de população elevada) e militar (dispunham de melhor armada e bem municada), exigiam das forças portuguesas um reforço militar em termos de homens e equipamento de guerra destacadas da metrópole (TEXEIRA, 1935, p. 6).

Imagem 1: Na Entrada Grande - 1/4 hora depois da tomada de Omboal ya Naluheke.



Fonte: IICT/AHU. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6831> (2/4/2018)

De acordo com Péliissier e Wheeler (2013), entre 1885 e 1915, o contexto do Sul de Angola resumia-se em um clima tenso e de instabilidade política motivados pela presença europeia, desembocando em guerras. Guerra sob todas as formas e por todos os motivos conhecidos na África portuguesa – das mais tradicionais (surtidas de salteadores, ocupação militares, revoltas étnicas, etc.), até às mais específicas (conflitos armados internacionais, invasões de independentes de fato). E era a guerra com uma intensidade e uma participação dos contingentes europeus completamente invulgares a sul do Saara (PÉLISSIER; WHEELER, 2013, p. 141). Portanto, de acordo com Péliissier (1986), os portugueses nunca tinham reunido em

Angola uma tal força desde as campanhas dos anos 60 (PÉLISSIER, 1986, p. 188). Durante, pelo menos, doze anos (1904-1915), o sul de Angola, para a opinião pública metropolitana portuguesa, resumia-se a duas noções: i) - os degredados. ii) - a guerra que nunca mais acabava no Sul de Angola.

Foto 2: Contingente das forças portuguesas na entrada de Ombala yo Mungu (Cuamato Pequeno).



Fonte: AHU/IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6829> (2/4/2018).

Todas as revoltas que já se observaram no resto do território foram coisas de africanistas e, portanto, longínquas, resolvidas a nível de Governador-Geral, salvo algumas exceções. O português médio nem podia nem queria ouvir falar delas. Mas, o sul de Angola, depois das vitórias de Mousinho Albuquerque em Moçambique, ia ser só por si. Para Portugal, informado o lugar geométrico das inquietações coloniais, essa heroica região de Angola e de África transformou-se, portanto, a partir de 1904, em campo de manobras de parte não desprezível de africanos – ovawambo. Ao mesmo tempo, para o corpo de oficiais portugueses constituiu o verdadeiro teste das suas aptidões para conquistar, isto é, um corpo rijo por conquistar. Em síntese, o Sul de Angola seria o Tonquim, o Madagáscar, o Sudão e o Marrocos, juntos, de um Portugal que vacilava às portas do seu Renascimento colonial. Em nenhuma outra parte da África tropical, nem mesmo no Sudoeste Africano (Namíbia), uma potência colonial teria de empenhar tantos homens, durante tanto tempo, para vencer tão poucos adversários (PÉLISSIER; WHEELER, 2013, p. 141-142).

A esse respeito, em 1929, um oficial do exército português, afirmara: “não há recanto do país onde se não fale do Cuamato-Cuanhama-Naulila-Cuangular, nomes estes que trazem à memória passadas ações que fizeram vibrar de entusiasmo umas vezes, de desanimo outras, o país inteiro”. A ocupação dos reinos dos Ovawambo do norte e oeste, especificamente os reinos dos Ovambadja, ter-se-ão realizadas por via militar, uma vez que tinham sido improdutivas todas as tentativas de ocupação pacífica – por meio de missões diplomáticas enviadas para convencer o *Ohamba* (o Rei) dos respectivos reinos. Na agenda das negociações, estava o desejo português de

construir postos militares nas terras sujeitas à sua jurisdição, que não chegou a executar-se por meios pacíficos (TEXEIRA, 1935, p. 5).

Imagem 3: Assinatura do auto de entrega da bandeira portuguesa ao novo ohamba de Ombala ya Naluheke (Cuamata Grande), após a conquista portuguesa, representando o fim da soberania dos ovamabdjá e a aceitação do jugo colonial impostos pelas forças das armas portuguesas.



Fonte: AHU/IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6827> (2/4/2018).

Para a conclusão dos seus objetivos – a Convenção Luso-Alemã e expulsar os Alemães deste território –, Portugal tinha duas opções: A primeira foi o desenvolvimento de uma vasta ação diplomática e psicológica relevante, com objetivo de convencer os *ohamba* ovawambo e o seu povo a não oferecerem resistência à ocupação *pacífica*, isto é, que consentissem ao governo português os objetivos ocultos e maldosos da sua presença (a exploração dos seus recursos, do seu povos, perda de liberdade e de soberania). Era um conjunto peculiar de ações diplomáticas e psicológicas relevantes a cargo dos missionários, funantes, missionários, autoridades administrativas e militares invulgar, obviamente, não geraram fruto algum desejado pelos portugueses. Pois, esta opção revelou-se menos dispendiosa, mas também ineficazes para os reinos dos Ovawambo e mais morosos. Portanto, os portugueses perderam muito tempo com as ações diplomática e psicológica por meio dos funantes, missionários, militares e auxiliares na progressão da ocupação colonial pacífica. Os ovawambo já sabiam o verdadeiro objetivo da presença europeia em África, sobretudo no seu território.

Imagem 4: Acampamento de tropa portuguesa.



Fonte: AHU/IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6819> (2/4/2018).

A segunda opção consistia em desencadear uma operação militar de grande envergadura contra os respectivos Reinos. Antes do século XX, Portugal não reunia, sobretudo, no Distrito de Moçâmedes e da Huila, recursos militares necessários para empreender uma ação armada capaz de vencer e ocupar as terras dos Ovawambo. De acordo com F. Cerviño Padrão (1998, p. 186), “...pela primeira vez [as forças portuguesas], iam defrontar forças que ultrapassavam em valor, armamento (e número de guerreiros bem enquadrados tudo quanto até ali havíamos combatido”. Neste quadro, os Ovawambo do extremo sudoeste de Angola, organizaram as suas forças para defenderem as suas terras da agressão / expedição portuguesa, tendo resultado em inúmeras batalhas em 1891, 1904, 1906, 1907, 1914, 1915 e 1917. Algumas foram vitoriosas para as nações Ovawambo; e outras, para a nação das esquinas, obviamente, que terminou com a conquista portuguesa.

Ao mesmo tempo na ocupação em 1909, do Evale, na fronteira Norte do território do Cuanhama e em 1908, o serviço de uma força montada de dragões entre Cunene e o Cubango, representavam uma certa vigilância contra a saída das suas guerrilhas, que o capitão Morais e o tenente Santos Lobo assinaram com os reis a sua rendição e a concordar com o lançamento de linha telegráfica Cuamato –Cassinga, para futuramente ser transformada em linha habitual de trânsito (COUCEIRO, 1948, p. 71).

Imagem 5: O Governador-geral de Angola passando revista às tropas em Ombala ya Naluheke (Cuamato Grande), após a conquista este reino.



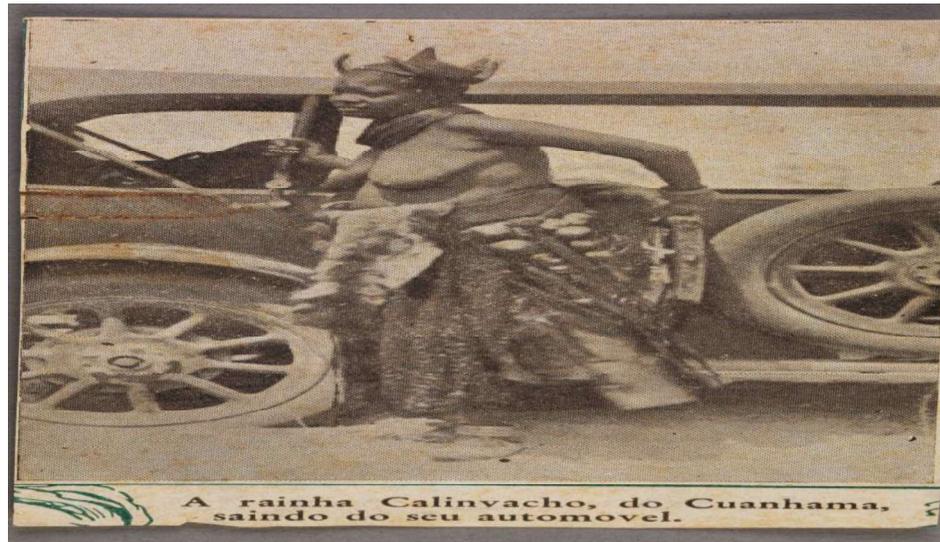
Fonte: AHU/IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6810> (2/4/2018).

f) Ocupação Administrativa

Esta constituía a última fase da estratégia da ocupação colonial portuguesa no extremo sudeste de Angola. Após a conquista e destruição de toda a conjuntura política, social e econômica dos respectivos territórios pelas potências coloniais, por via pacífica e, também, violenta, ou seja, à medida que foram conquistando os territórios, os europeus foram substituindo o corpo militar pelo aparelho político e administrativo, que teve a missão principal de pôr em

prática a dita missão de “civilizar os africanos”; de implementar o sistema de exploração do povo, exploração dos recursos naturais, a exploração da riqueza dos ovawambo e a implementar toda política colonial que visava à administração territorial. É nesta fase que deram início à consolidação do colonialismo português nas terras os ovawambo, caracterizada por uma implantação mais extensa e maciça de europeus, até 1974.

Imagem 6: Recorte de jornal, de origem desconhecida, contendo fotografia da rainha Kaleinasho [Calinvacho], do Cuanhama, Angola, a sair de um automóvel.



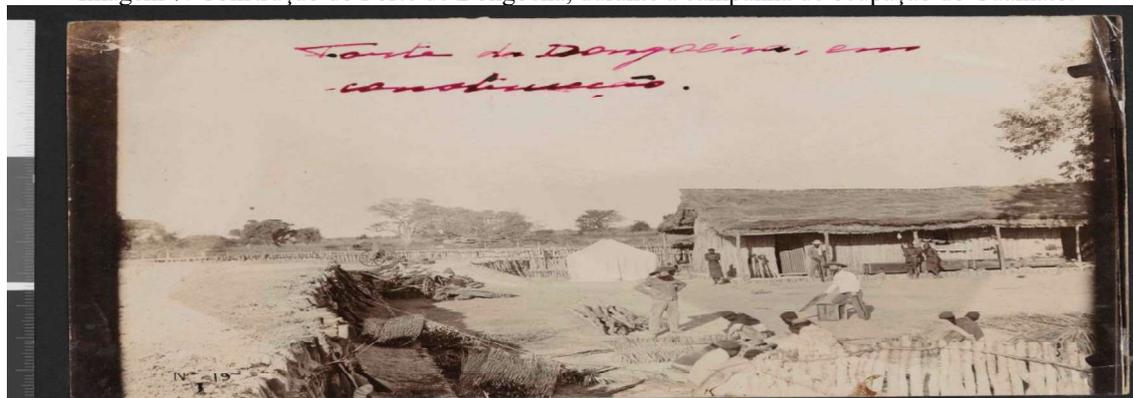
Fonte: Arquivo Casa Comum: Instituição: Fundação Mário Soares. Pasta: 07250.295.001. Assunto: Recorte de jornal, de origem desconhecida. Fundo: Jaime de Moraes. Citar Documento: (1915-1915). Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07250.236.001> (2018-6-25)

Entre 1907 e 1915, período de conquista dos Estados ambófonunos (Ovawambo), o território passou por uma evolução político-administrativa. Neste quadro, o território foi dividido em três Capitânicas-Mores⁷ dirigidas por Oficiais do Exército (Cuamato, Cuanhama e Evale). Em maio de 1922, o Decreto nº 138 criou e delimitou a Fronteira da Circunscrição do Baixo Cunene, com sede na Povoação de Ondjiva (incluindo as Capitânicas-Mores do Cuamato, Cuanhama e

⁷ Pelo Regimento de 1570, o território português detinha várias Capitânicas Mores - constituídas com base na circunscrição básica da organização territorial portuguesa do Antigo Regime, a Cidade, Vila ou Concelho - cujo chefe era o senhor da vila ou o alcaide-mor, nas terras de domínio senhorial, ou o capitão-mor, eleito pela Câmara, nos territórios de jurisdição régia, como é o caso do Concelho de Mafra. Cada Capitânia-Mor era formada por um número variável de Companhias de Ordenanças, constituídas individualmente por 250 homens, sob o comando de um Capitão de Ordenanças, coadjuvado por um alferes e um sargento. Os 250 efetivos eram divididos em 10 Esquadras, comandadas por 10 Cabos de Esquadra, havendo, ainda, em cada Companhia de Ordenanças, um Meirinho e um Escrivão. Ao Capitão Mor competia organizar a lista dos homens hábeis para a Ordenança e fiscalizar o seu grau de preparação em dois alardos anuais. Pela Provisão de 1574, dando resposta às queixas do povo, foi estabelecido que nas localidades onde só se pudesse criar uma companhia de Ordenanças, deixaria de haver Capitão Mor e os oficiais, no exercício das suas funções, passavam a estar isentos da obediência aos seus senhores enquanto vassallos, o que fez com que as Ordenanças deixassem de ser estruturas diretamente associadas às Câmaras ou Donatários, tornando-se uma organização militar dependente da Coroa. Fonte: Arquivo Municipal de

Evale). Desde então, a estrutura político-administrativa desta região foi evoluindo até se tornar distrito, em 1970.⁸

Imagem 7: Construção do Forte de Dongoena, durante a campanha de ocupação do Cuamato.



Fonte: Arquivo Casa de Comum⁹

Considerações finais

A presença e Penetração portuguesa sobre as futuras terras do extremo sudoeste teria começado em 1844, com José Brochado quando explora o Mulondo. Em 1850, Brochado visitara as terras Ovawambo. A região sul de Angola foi, no último quartel de século XIX e no primeiro decênio do século XX, teatro de lutas sangrentas, onde, por vezes, milhares de mortos varreram os sertões desta região, fazendo correr violentamente sangue de “africanos - Ovawambo”, particularmente Ovnyaneka-Humbi, Ovambo e Kun. Estes povos firmaram a sua gloriosa reputação nos anais da História da Resistência à Ocupação Colonial Portuguesa em Angola e da África, no geral, bem como da História Universal. Desses povos varões – os Ovambo de Angola, sobretudo os Ovambadja (Cuamtos), Ovakwanyama (Cuanhama), Ovavale (Evala), Ovandombodola, destacaram-se com especial relevo, na defesa dos seus territórios, na defesa da sua soberania e da sua pátria perante a invasão europeia, particularmente, a portuguesa, chegando mesmo a anular ou a adiar, por várias vezes, as investidas militares e diplomáticas dos portugueses. Estas anulações tinham sido convertidas numa situação humilhante e desprestigiada

Mafra, Código de referência PT/AMM/CMOM. Título: Capitania-mor das Ordenanças de Mafra, Disponível em <https://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=204810>, consultado a 15.3.2024.

⁸ Fundação Mário Soares. Pasta: 04498.006.016.001 Título: Campanhas do Cuamato de 1907. Autor: José de Almeida "Pesca-Rãs" Inscrições: Forte de Dongoena, em construção. Nº 19 I.Data: Setembro de 1907 Opaco/Transparente: Opaco Negativo/Positivo: Positivo Dimensões da Imagem: 12 x 18 cm. Observações: Imagem incluída no álbum fotográfico "Campanhas do Cuamato de 1907 - Grande Guerra 1914-1915", organizado por José de Almeida "Pesca-Rãs", com a data de 1937. Fundo: Documentos Carvalhão Duarte/Rocha Martins Tipo Campanhas do Cuamato de 1907 e Grande Guerra 1914-1915. Citação: José de Almeida "Pesca-Rãs" (1907), "Campanhas do Cuamato de 1907", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04498.006.016.001> (2018-6-25)

⁹ Idem

para a soberania portuguesa subjugar o espírito de insurreição que animava os povos das duas margens do rio Cunene.

Uma região onde há séculos não se fazia sentir a ação dos portugueses, pelo que eram conhecidos, como povos guerreiros e insubmissos, designados por banacutubas, (designação devido ao cinto) - que abrangem os povos Ombadja (Cuamato), Ovakwanyama (Cuanhama), Evale e Ovakafima (Cafima). A aceitação da bandeira portuguesa, nos Ombala yoMungu (Cuamato Grande) e Ombala yaNaluheke (Cuamato Pequeno) foi o começo de uma série de campanhas militares portuguesas *versus* resistências dos povos Ovawambo à conquista e dominação colonial que podem ser traduzidas em diversas batalhas realizadas em 1891, 1906, 1907, 1914 e 1915, que terminaram com a ocupação definitiva/efetiva dos reinos dos Ovawambo. O último foi o Uukwanyama (Oukwanyama), em 1915, num autêntico duelo entre o reino Mandume ya Ndemufayo e o general Pereira de Eça. Este fato permitiu os 68 anos de ocupação e colonização portuguesas e a integração destes territórios à então colônia de Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BROCHADO, B. J. **Terras do Humbe, Camba, Mulondo, Quanhama, e Outras**, Serie I, Nov 1855 [Relatório]. - Lisboa: Anais do Conselho Ultramarino, Parte Não Oficial, Serie I, Fev a Dez, 1858, Imprensa Nacional, 1867.

CALDEIRA, A. M. O telégrafo, o telefone e os novos meios de transporte como armas de guerra na ocupação portuguesa do Sul de Angola, no início do século XX. **Africana Studia**, n.º 21, p. 13 – 27, 2013.

CASTRO, Alferes Velloso. De A campanha do Cuamato em 1907: Breve Narrativa Acompanhada de Photographias, 1908. Loanda (online), Disponível em: <https://archive.org/details/acampanhadocuam00castgoog>, consultado em 22 de junho de 2018. Imprensa Nacional.

COSTA, José Manuel da (1953). Primórdios da Ocupação do Sul de Angola. In: Boletim do Instituto de Angola. Nº 01, - Luanda: Instituto de Angola, junho, agosto e setembro de 1953. Disponível em <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BIA/BIA-N001&p=2>, consultado em 20 de junho de 2017.

COUCEIRO, Henrique de Piava. **Angola – Dois anos de Governação julho 1907 – junho 1909. História e comentários**. Lisboa: Tipografia Portuguesa, 1948.

DUARTE, José Bento. **Os Senhores do sol e do vento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

GRAÇAS, Joaquim Rodrigues. Extrato de Uma Carta de Ladisau Magyar, escrita nos Gambos em 21 de março de 1853 [Relatório]. - Lisboa: In: **Continuação de Viagem com Destino às Cabeceiras do Rio Sena. Anaes do Conselho Ultramarino**, Parte Não Oficial, Serie I, Fev de 1854 a Dez de 1858, Imprensa Nacional, 1867.

KASHINGHOLA, M. S. **Conheça Ombala-Ya-Naluheke**. Lubango: Chela Editora, 2024.

KEILING, Luiz Alfredo. **Quarenta Anos em África**. Braga: Edição das Missões de Angola e Congo, 1934.

MONTEIRO, Ramiro Laderio. **Os Ambós de Angola antes da Independência** [Relatório]. - Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 1994.

PADRÃO, F. C. **A Colonização do Sul de Angola 1485 - 1974**. Sintra: Mira-Sintra, 1998.

PARKINGTON, J. E. A África Meridional: caçadores e coletores. In: MOKHTAR, Gamal (Org). **História Geral da África, Vol. II - A África antiga**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 713 – 748.

PÉLISSIER, R. **História das campanhas de Angola**. Lisboa: Estampa Editorial, 1986.

PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas. **História de Angola**. Lisboa: Edições Tinta da China, 2013.

PIÇARRA, Antônio (coord.). “**A Valorização da Arte Angolana**”, edição de Jul/Ago, Nº 80, Luanda: Edicenter Publicações, 2010.

Regaldo, F. J. **Cuamatos – 1907 – Os Bravos de Mufile no Sul de Angola**. Lisboa: Tribuna da História, 2004.

SANTOS, A. dos, et all. Exploração portuguesa na África colonial: cristianismo como forma de dominação e estratégia política dos reis africanos. In: **VIII Encontro Estadual de História, ANPUH BA, Feira de Santana, 2016**. Disponível em https://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1474756381_ARQUIVO_ExploracaoportuguesanaAfricacolonialcristianismocomoformadedominacaoeestrategiapoliticadosreisafrianos.pdf, consultado a 26.2.2020.

TEIXEIRA, Alberto de Almeida. **Paica Couceiro: aspectos africanos da sua vida**. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1948.

TEXEIRA, Alberto de Almeida. **Roçadas na Ocupação do Sul de Angola**, nº 4, Lisboa: Divisao de Publicações e Biblioteca - Agência Geral das Colónias, 1935b.

TEXEIRA, A. de Almeida. **O General João de Almeida no Cuanhama**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca - Agência Geral das Colónias, coleção pelo Império, nº 16, 1935.

Arquivos

Arquivo de História Ultramari (AHU) / IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6831> (2/4/2018).

Arquivo de História Ultramari (AHU) - IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6829> (2/4/2018).

Arquivo de História Ultramari (AHU) - IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6827> (2/4/2018).

Arquivo de História Ultramar (AHU) /IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6819> (2/4/2018).

Arquivo de História Ultramar (AHU) /IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6810> (2/4/2018).

Arquivo Casa Comum: Instituição: Fundação Mário Soares. Pasta: 07250.295.001. Assunto: Recorte de jornal, de origem desconhecida. Fundo: Jaime de Morais. Citar Documento: (1915-1915). Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07250.236.001> (2018-6-25)

Recebido em: 12/01/2024
Aprovado em: 13/05/2024